

A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Luísa Cerdeira¹

RESUMO

A Educação, em geral, e o Ensino Superior, em particular, constituem alavancas importantes e imprescindíveis, para a qualificação dos cidadãos, para o desenvolvimento das Nações, e para o bem-estar dos Povos. O cultivo científico dos saberes em todos os ramos de especialidade, a formação dos membros de uma colectividade de acordo com elevados padrões de exigência, uma perspectiva fundamentada e crítica sobre os complexos problemas que se nos colocam, correspondem a vectores essenciais da actividade do ensino superior, e definem-lhe os desafios de um cumprimento efectivo da sua função social.

Nas últimas décadas, o Ensino Superior tem conhecido uma expansão assinalável, quer qualitativa, quer principalmente quantitativa. Dados da UNESCO mostram que, a nível mundial, o número de estudantes no Ensino Superior cresceu de 65 milhões, em 1991, para 79 milhões em 2000, 151 milhões em 2010 e próximo dos 224 milhões em 2018. Neste contexto, interessa perspectivar a área da Educação Superior dos Países e Regiões de Língua Portuguesa, na qual se registou um franco crescimento, ainda que a ritmo e em contextos diversos, consoante as experiências dos diferentes países.

Neste artigo será feita uma análise comparada da Educação e Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Macau, Portugal e Timor-Leste, com cerca de 9 milhões de estudantes inscritos) através de alguns importantes indicadores: alunos inscritos, taxa de escolarização, despesa pública em educação e ensino superior em percentagem do PIB, procurando prospectivar as principais tendências e desafios futuros nestes países.

Palavras-Chave: Países e Regiões de Língua Portuguesa. Ensino Superior. Financiamento. Acessibilidade. Qualificações.

¹ Professora Auxiliar no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Presidente da Assembleia Geral da Associação FORGES (2018-2021). Presidente da Direção da Associação FORGES (2012-2018)

HIGHER EDUCATION IN THE PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES: TRENDS AND CHALLENGES

ABSTRACT

Education in general and higher education in particular is essential to the training of citizens, the development of nations and the well-being of people. Knowledge and the training of collectivity members in accordance with high requirement standards and a reasoned and critical perspective on the complex issues facing us represent essential aspects of higher education and define the challenges of effective fulfillment of its social function.

In recent decades, higher education has experienced a remarkable expansion, whether qualitative or quantitative mainly. Data of UNESCO show that, worldwide, the number of students in higher education has grown from 65 million in 1991 to 79 million in 2000, 151 million in 2010 and near 224 million in 2018. In this context, it is interesting to perspective higher education in the Portuguese speaking countries and regions. Nevertheless, it was registered a fast growing, although the rhythm in diverse contexts, depending on the experiences of different countries.

In this presentation, we aim to do a comparative analysis on challenges facing higher education in Portuguese-speaking countries (Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Macau, Portugal and East Timor, with near 9 million students) through some important indicators such as enrolled students, enrollment rate, public expenditure on higher education and on higher education as a percentage of GDP, looking for key trends and future challenges in these countries.

Keywords: Portuguese-speaking Countries and Regions. Higher Education. Funding. Accessibility. Qualifications.

1 OS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

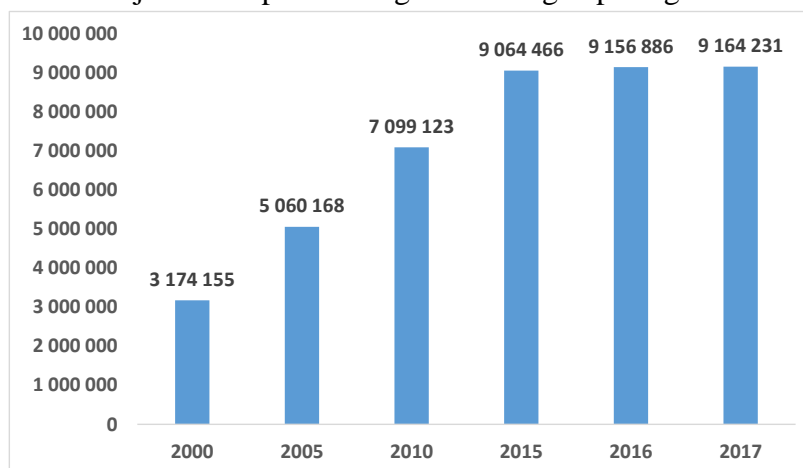
Nas últimas décadas, o Ensino Superior tem conhecido uma expansão assinalável, quer qualitativa, quer principalmente quantitativa. Dados da UNESCO mostram que, a nível mundial, o número de estudantes no Ensino Superior cresceu de 65 milhões, em 1991, para 79 milhões em 2000, estimando-se que em 2009 já se teria atingido os 150 milhões (Altbach, 2009). Actualmente, e de acordo com dados referentes ao ano de 2018, em termos mundiais, perspectiva-se que existam cerca de 224 milhões de estudantes matriculados no ensino superior (Unesco, UIS. Stat, 2020/09).

Assim sendo, em que ponto se encontram os Países e Regiões de Língua Portuguesa? O Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa registou um franco crescimento, ainda que a um ritmo e em contextos diversos, que lhe foram mais ou menos favoráveis. A tendência de expansão quantitativa justifica-se aí por vários factores, os quais podem, no entanto, assumir uma figura e um peso diferentes, consoante os países (em Portugal com a implantação da democracia após o 25 de Abril de 1974; no Brasil, com a queda do regime militar e a posterior abertura democrática; nos outros países, com a independência e o nascimento de novos países); o aumento demográfico; o crescimento económico; a introdução de novas tecnologias e a extensão de uma “sociedade do conhecimento”; a subida na frequência do ensino obrigatório e médio; a consciência de uma necessária educação ao longo da vida.

Todavia, como razão agregadora, talvez seja de mencionar a percepção crescente de que o desenvolvimento socioeconómico e cultural dos países e regiões depende em grande medida da qualificação dos seus cidadãos, com o que importa correlacionar a evolução do investimento público e privado na educação.

A realidade do Ensino Superior para o conjunto destes países e regiões mostra um crescimento acelerado, e no espaço de 20 anos, entre 2000 a 2018, o número de estudantes inscritos mais que triplicou.

Figura 1 – Evolução do número de estudantes inscritos no ensino superior no conjunto dos países e regiões de língua portuguesa



Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institut for Statistics*, consultada a 2020/09.

Nalguns destes países o sistema de ensino superior há uma década e meia era quase inexistente, levando a que a esmagadora maioria dos jovens obtivessem a sua formação no exterior, como eram os casos de Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Contudo, nos últimos anos o sistema de ensino superior nesses países têm vindo a crescer e a implantar-se, atingindo valores já de alguma forma expressivos, em muitos casos com a criação de novas instituições e o aparecimento significativo do ensino privado. Essa evolução crescente é visível no Quadro 1.

Quadro 1 – Evolução do número de estudantes inscritos do ensino superior nos Países de Língua Portuguesa entre 2000 e 2018

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018	Var % 2017 ou 2018-2000
Angola	..	48 184	..	221 037	253 287	426%
Brasil	2 781 328	4 572 297	6 552 707	8 285 475	8 319 089	8 571 423	..	208%
Cabo Verde	801	3 910	10 144	12 538	12 622	12 446	11 659	1356%
Guiné Bissau	..	3 122
Macau (RAEM)	7 471	23 420	29 476	30 771	31 970	32 750	33 098	343%
Moçambique	10 810	28 298	103 850	174 802	196 801	200 649	213 930	1879%
Portugal	373 745	380 937	383 627	337 507	343 117	346 963	..	-7%
São Tomé	766	2 336
Timor-Leste	18 553
Total	3 174 155	5 060 168	7 099 123	9 064 466	9 156 886	9 164 231		
Mundo	100 159 487	139 578 249	182 257 678	217 626 607	220 187 114	222 657 154	223 671 873	123%

Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institut for Statistics*, consultada a 2020/09.

A frequência e o nível de escolarização bruta deste nível de ensino neste grupo de países é actualmente ainda muito diverso, com taxas bastante elevadas, como nos casos de Portugal (64%; 2017) e Macau (91%; 2018), ou com valores ainda muito pouco significativos, como os de Angola (9,3%; 2016), de Moçambique (7,3%; 2018) e Guiné-Bissau (2,3%; 2005) e por fim valores que estão em crescendo como no Brasil (51,3%; 2017), Cabo Verde (23,6%; 2018) e Timor-Leste (17,8%; 2010).

Quadro 2 – Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Superior nos Países de Língua Portuguesa entre 2000 e 2018

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Angola a)	..	2,4	6,1	8,4	9,3
Brasil a)	..	26,0	43,5	51,1	50,5	51,3	..
Cabo Verde	2,0	7,6	18,0	23,1	24,0	24,4	23,6
Guiné Bissau	..	2,3
Macau (RAEM)	27,6	54,4	55,1	71,4	78,3	84,7	90,7
Moçambique	0,7	1,4	4,7	6,7	7,2	7,1	7,3
Portugal	47,9	55,4	65,6	61,8	63,3	63,9	..
São Tomé	4,3	13,4
Timor-Leste	17,8

Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institut for Statistics*, consultada a 2020/09.

a) Os dados de 2010 em Angola e Brasil são referentes ao ano de 2011.

Outra dimensão relevante a assinalar é a forma como o crescimento do sistema ocorreu na maioria destes países, com o sistema do ensino privado a ganhar um espaço

acentuado nas últimas décadas. Na realidade, esta tendência seguiu o que aconteceu em muitas regiões do globo. Se na Europa, a expansão do Ensino Superior se deu com o contributo das instituições públicas, com o ensino público a ser largamente maioritário, com perto de 70% dos alunos inscritos no sistema de Ensino Superior, na América Latina o modelo seguido assentou sobretudo no subsistema privado, com os casos extremos do Brasil e Chile (em 2006 representava 72 e 74%, respetivamente).

Observando os dados incluídos no Quadro 3 constatamos que, com a exceção do caso de Portugal, os restantes países de língua portuguesa, em particular no caso do Brasil (com cerca de 73% do sistema), a expansão do sistema do ensino superior está dependente de forma expressiva das instituições privadas, podendo esta situação ter implicações relevantes para a acessibilidade financeira para parte importante dos estudantes carenciados do ponto de vista socio-económico desses países.

Quadro 3 – Percentagem de matrículas no Ensino Superior em Instituições Privadas nos Países de Língua Portuguesa entre 2000 e 2018 (%)

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Angola	..	33,2	..	55,1
Brasil	65,4	71,8	72,7	73,9	73,4	73,3	..
Cabo Verde	..	52,1	60,1	58,6	54,3	55,9	55,7
Guiné Bissau
Macau (RAEM)	34,6	62,8	64,3	54,9	55,2	54,9	54,6
Moçambique	..	33,3	28,7	33,6	39,3	40,2	40,0
Portugal	31,8	25,9	23,4	16,4	16,5	16,5	..
São Tomé	42,9
Timor-Leste a)	42,9

Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institut for Statistics*, consultada a 2020/09.

a) Os dados de 2010 de Timor-Leste são referentes ao ano de 2009.

Nos próximos anos é expectável que se concretize uma evolução mais favorável na maioria destes países, dado o investimento que estão a concretizar na Educação e também no Ensino Superior. Por exemplo, o Brasil que apresenta ainda valores bastante modestos para a ambição de um país com a dimensão e recursos assinaláveis, tinha definido uma meta para 2024 chegar a uma taxa bruta de escolarização de 50%, procurando aproximar-se dos 12 milhões de estudantes do Ensino Superior (Maciel, Dourado, & Faria, 2013).

Obviamente que o crescimento do sistema de Ensino Superior implica um aumento progressivo dos recursos e da riqueza de um país a ser investido neste subsistema. Assim, pode-se usar como indicador de referência para aquilatar do nível de prioridade dado ao Ensino Superior, o peso da Despesa Pública efectuada na Educação e no Ensino Superior como percentagem do PIB de cada país.

No que toca aos recursos financeiros aplicados no sector educativo há também uma diversidade acentuada. Se tomarmos em conta o indicador da despesa pública em Educação como percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), vemos que progressivamente tem havido uma evolução crescente, sobressaindo nos últimos anos os casos de Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste. Para Portugal e Brasil, esse valor está próximo de 5% e 6%.

Quadro 4 – Despesa pública em Educação nos Países de Língua Portuguesa (em % PIB) entre 2000 e 2018

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Angola	2,6	2,1	3,4
Brasil	3,9	4,5	5,6	6,2
Cabo Verde	5,6	5,3	5,3	5,2	..
Guiné Bissau	1,9
Macau (RAEM)	3,3	2,3	2,6	3,0	3,1	2,7	..
Moçambique	..	4,4	6,4	5,8	5,6
Portugal	5,2	5,1	5,4	4,9
São Tomé	..	4,9	9,7	3,9	5,2	5,1	5,1
Timor-Leste	2,4	4,4	5,3	4,6	4,1

Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institut for Statistics*, consultada a 2020/09.

No que toca especificamente aos recursos afectos ao sub-sector do Ensino Superior, vemos que tem havido também uma tendência crescente, mas com alguns países a registarem valores muito pouco ambiciosos. Apesar de na Unesco só termos dados até ao ano de 2005 para o caso de Angola, o valor de 0,2% surge, ainda, muito baixo e sobretudo para um país com um crescimento económico e recursos significativos. Do mesmo modo, o Brasil com apenas 1,3% do PIB em 2015 também revela ainda um investimento baixo no seu ensino superior, com capacidade de poder crescer de forma expressiva.

Quadro 5 – Despesa pública em Ensino Superior em % do PIB nos Países de Língua Portuguesa entre 2000 e 2018

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Angola	..	0,2
Brasil	0,9	0,9	0,9	1,3
Cabo Verde	..	0,6	..	1,0	0,9	0,9	..
Guiné Bissau	0,1
Macau (RAEM)	0,9	1,0	1,3	1,3	1,2	1,0	..
Moçambique
Portugal	0,9	0,9	1,1	0,9
São Tomé
Timor-Leste	0,3

Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institut for Statistics*, consultada a 2020/09.

O aumento das qualificações tornou-se num objectivo importante da estratégia de um grande número de países e regiões, como é o caso da União Europeia, dos países membros da OCDE e também em muitos dos países emergentes. Por exemplo, no caso da União Europeia, foi definida uma estratégia de elevação das qualificações da população – “Estratégia Europa 2020” – na qual se perspectiva que pelo menos 40% da população na faixa etária dos 30-34 anos deverá possuir um diploma do ensino superior.

No que respeita às qualificações da população com o grau de ensino superior, os dados do relatório sobre a Educação da OCDE, *Education at Glance* (2020), dá conta do nível de qualificações da população da maioria dos países da OCDE e também de alguns outros como o Brasil. Assim, verificava-se que a média registada na OCDE (ano de 2019), em relação à faixa etária dos 25-34 anos, era já de 45% para a população jovem que concluía

o ensino superior (em 2009 esse valor situava-se apenas nos 36%). No que respeita a Portugal, esse valor situava-se nos 37% (em 2009 esse valor era de apenas 23%), enquanto o Brasil apenas atingia um valor próximo dos 21% (em 2009 o valor registado era de 12%).

Outro dos indicadores de referência que podemos usar para medir o investimento em ciência é o número total de pessoas de investigação e desenvolvimento (R&D) por milhão de habitantes que cada país apresenta. No Quadro 6, apresenta-se a evolução deste indicador para o conjunto dos países de língua portuguesa e também para três países europeus (Alemanha, França e Reino Unido), por forma a se poder ter alguns dados de comparação. Assinala-se o crescimento muito acentuado verificado nos casos de Portugal, da região de Macau e com menor expressão do Brasil. Podemos salientar que os indicadores de Portugal, nos anos mais recentes, estão ao nível de países como a França ou o Reino Unido. Nos outros países de língua portuguesa, em que existem dados (Angola e Moçambique), os valores são ainda muito modestos.

Quadro 6 – Total de Pessoal de Investigação (R&D) por Milhão de Habitantes

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Angola	99	..	75
Brasil	969	1 497	2 191	2 917
Cabo Verde	382
Guiné Bissau							
Macau (RAEM)	..	1 460	1 981	3 980	4 200	4 777	4 976
Moçambique	141	157
Portugal	3 692	4 243	8 675	9 962	10 041	10 619	..
São Tomé							
Alemanha	..	8 252	..	11 198	..	11 749	..
França	6 466	7 025	8 328	9 382	9 267	9 540	..
Reino Unido	..	7 799	8 262	10 177	10 497

Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institut for Statistics*, (Total R&D personnel per million inhabitants (HC), consultada a 2020/09).

O impacto do investimento feito nas últimas décadas no ensino superior e ciência em países como Portugal e Brasil acabou por ter um efeito positivo na capacidade e dinamismo dos seus sectores científicos, o que tem vindo a ser reconhecido internacionalmente. Assim, de acordo com os estudos desenvolvidos por Marginson (2016, 2018), Portugal e o Brasil incluem-se no grupo dos países que mais viram crescer a sua produção científica desde o ano de 1995.

Observe-se os valores constantes do Quadro 7, onde se apresentam os resultados dos estudos de Marginson (2016, 2018), com os países a nível mundial cuja produção científica mais cresceu, medida pelo número de artigos publicados em revistas científicas. Podemos concluir que, para o período entre 1995-2011, Portugal posicionava-se em 8.º lugar no ranking (com um crescimento anual de 10,1%) e o Brasil no 11.º lugar (com um crescimento anual de 8,7%). Posteriormente, Marginson (2018), e visando o período de 2006-2016, apresentou novamente dados, que revelavam que estes dois países continuavam a posicionar-se no topo do ranking da taxa de variação média anual dos artigos publicados em revistas científicas, com Portugal colocado na posição 9.ª (taxa 6,8%) e o Brasil na 10.ª posição (taxa 6,60%).

Quadro 7 – Sistemas Nacionais de Ciência com crescimento médio mais rápido, 1995-2011 e 2006-2016 (com mais de 10000 publicações em 2016)

	Países	Artigos em Revistas Científicas (Nº)		Taxa de Variação Média Anual (1995-2011)		Países	Artigos em Revistas Científicas (Nº)		Taxa de Variação Média Anual (2006-2016)
		1995	2011				2006	2016	
1	Irão	280	8176	23,50%	1	Malásia	3230	20332	20,20%
2	China	9061	89894	15,40%	2	Irão	10073	40974	15,10%
3	Tunísia	143	1016	13,00%	3	Roménia	3523	10194	11,20%
4	Coreia do Sul	3803	25593	12,70%	4	Índia	38590	110320	11,10%
5	Tailândia	340	2304	12,70%	5	Egipto	3958	10807	10,60%
6	Malásia	366	2092	11,50%	6	China	189760	426165	8,40%
7	Turquia	1715	8328	10,40%	7	África do Sul	5636	11881	7,70%
8	Portugal	990	4626	10,10%	8	Rússia	29369	59134	7,20%
9	Paquistão	313	1268	9,10%	9	Portugal	7136	13773	6,80%
10	Singapura	1141	4543	9,00%	10	Brasil	28160	53607	6,60%
11	Brasil	3436	13148	8,70%		MUNDO	1 567 422	2 295 608	3,90%

Fonte: Elaborado a partir de Margison (2016) e Margison (2018).

2 NOTA CONCLUSIVA

O potencial crescimento da frequência do ensino superior vem colocar um desafio central para os próximos anos nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): desenvolver e implementar políticas de qualidade na gestão das instituições de ensino superior, de modo a, designadamente: melhorar as condições de produção de ensino e de ciência; racionalizar o necessário investimento social; promover a inserção dos diplomados nos mercados de trabalho enquanto agentes de um valor acrescentado.

Este espaço envolve 8 países independentes e regiões, cerca de 279 milhões de pessoas, constituindo a Língua Portuguesa uma das mais faladas no mundo. Podemos, e devemos ter consciência do potencial estratégico de uma Comunidade, com estes números, estas características e expressão geográfica. No Espaço do Ensino Superior de Língua Portuguesa encontramos milhares de Universidades e Instituições, onde em 2020 encontramos cerca de 10 milhões de estudantes matriculados, numa progressão muito significativa nas últimas décadas.

As instituições de Ensino Superior, procurando ir ao encontro dos parâmetros propostos pela Unesco, têm vindo a desenvolver estratégias de conciliação de quantidade e qualidade, diligenciando no sentido de realizar mudanças estruturais, nas diferentes dimensões que envolvem o Ensino Superior. Contudo, perante os dados relativos ao baixo nível de escolarização de grau superior atingido pela maioria dos países analisados, importa concluir pela necessidade de perspectivar a necessidade de intensificar o investimento na Educação, Ensino Superior e Ciência, com vista a melhorar os níveis de formação da população mais jovem e potenciar o seu desenvolvimento económico e social.

Naturalmente, cada espaço nacional e/ou regional desenvolve estratégias que permitam atingir aqueles objectivos de natureza qualitativa e quantitativa em conformidade com a sua situação cultural, política e económica. Para tal são redefinidas as missões do ensino superior nas suas relações com a colectividade. Dele se espera, simultaneamente, a produção de um pensamento e sua aplicação e desenvolvimento ao serviço de uma colectividade que, num mundo globalizado, acaba por se alargar a todo o mundo.

Neste sentido, urge que cada sistema de ensino superior encontre o seu lugar e papel num mundo em rede, beneficiando (e oferecendo) de todas as iniciativas e realizações que cada sistema vai conhecendo. Para tal, a interacção e partilha entre sistemas educativos são os mecanismos indispensáveis e importantes. A cooperação dentro do espaço da CPLP, no que toca ao desenvolvimento e abertura do ensino superior, é um requisito fundamental para que essa batalha da qualificação possa ser ganha. Ou como Nóvoa (2018, p. 8) defende: “É preciso que os nossos sistemas de ensino superior estejam efectivamente interligados e que se retirem as barreiras e obstáculos à cooperação: o único critério deve ser a qualidade e credibilidade das instituições, dos seus professores e estudantes”.

Neste âmbito, as redes de cooperação dentro deste espaço podem constituir motores fundamentais para o fortalecimento e melhoria da qualidade do sistema da educação superior e ciência produzida. Foi dentro deste espírito que a rede Forges – Fórum da Gestão do Ensino Superior dos Países e Regiões de Língua Portuguesa – foi criada em Novembro de 2011, como resposta ao sentimento partilhado por responsáveis e estudiosos nos diferentes países, de que fazia falta uma plataforma que reunisse os interessados no estudo e investigação nas políticas e gestão do ensino superior.

REFERÊNCIAS

Altbach, P. G. (2011). The Past, Present, and Future of the Research University. In *The Road to Academic Excellence The Making of World-Class Research Universities*. Editores: Philip G.

Altbach, P. G. & Salmi, J. (2011). *The road to academic excellence: the making of world-class research universities* Washington: Banco Mundial.

Altbach, P. G., Reisberg L., & Rumble L. (2009). Trends in Global Higher Education: Tracking an Academic Revolution. A report prepared for the UNESCO 2009 World Conference on Higher Education. *European Journal of Education*, 39(4), 429-441.

Castro, A. A., & Cabral, N. A. (2012). O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Rev. Lusófona de Educação* [on-line]. 2012, n.21, pp.69-96. ISSN 1645-7250.

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-72502012000200005&lng=pt&nrm=iso

Cerdeira, L. (2009). *O Financiamento do Ensino Superior Português*. Lisboa: Editora Almedina. ISBN 978-972-40-3978-7. Outubro, 2009.

- Costa, L. (2012). *O Plano nacional de Educação e a Expansão da Educação Superior*. INEP. Brasília, Novembro 2012.
- Filho N. A., & Santos F. S. (2012). *A Quarta Missão da Universidade*. Coimbra: Universidade de Coimbra, ISBN 9789892602684.
- Hénard F., Diamond L., & Roseveare D. (2012). *Approaches to Internationalization and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice*. OECD Higher Education Programme IMHE. 2012. OCDE, Better Policies For Better Lives.
- Maciel, W., Dourado, R., & Faria, T. (2013). *Principais Resultados do Censo de 2012. II Encontro do Censo da Educação Superior*. Foz de Iguaçu, PR, Brasil.
- Marginson, S. (2016). *The Dream is Over. The Crisis of Clark Kerr's Californian Idea of Higher Education*. Berkeley: University of California Press, 2016.
- Marginson, S. (2018). *The new geo-politics of Higher Education. Global cooperation, national competition and social inequality in the World-Class University (WCU) sector – [Working paper n.º 34]*. University of Oxford, UK: Centre for Global Higher Education.
- Nóvoa, A. (2018). Ensino Superior no Mundo: Tudo está a Mudar. *In Educação EDUCACÃO SUPERIOR E REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA: DESAFIOS EM TEMPO DE CRISE*. Org. Castro A., Cabral N.A., Cabrito. B., Cerdeira L, Chaves J.V, pp.1-9, ISBN 978-989-8272-32-4, Educa, Lisboa, Portugal, Abril 2018.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2008). *Higher Education For Sustainable Development. Final Report of International Action Research Project*. Paris, França
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2008). *Tertiary Education for the Knowledge Society*. OECD Thematic Review of Tertiary Education: Synthesis Report, volume 1. Paris, França.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2009). *Higher Education to 2030, volume 2, Globalization*. Centre for Educational Research and Innovation.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2020) *Education at a Glance 2020: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris. Recuperado em de <https://doi.org/10.1787/69096873-en>.
- Unesco, Institute for Statistics. Setembro de 2020.
<http://www.uis.unesco.org/Education/Pages/default.aspx>